



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA
CÂMARA TEMÁTICA DE MODERNIZAÇÃO DO CRÉDITO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO DO AGRONEGÓCIO

MEMÓRIA DA 03ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 16/04/2024 (terça-feira)

HORÁRIO: 15:00h às 16:30h

PRESENCIAL: Auditório Jonas Pinheiro, Sobreloja do Ed Sede do MAPA, Brasília/DF

VIRTUAL:

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzUyNmNkZWltYWQ0NS00OGVmLWI1YmItMDVhZiQwNTkyNzNh%40thead.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22db80fadd-5128-4e17-931a-9f19b12ecf6e%22%7d

PAUTA DA REUNIÃO

1 - 15:00 - Abertura da 03ª Reunião Ordinária, pelo Presidente da Câmara Temática, Thiago Rocha. (10 min)

2 - 15:10 - Avisos e informações da Secretaria da Câmara. (5 min)

Calendário de Reuniões 2024

- 06/06 - Reunião Ordinária - (quinta-feira)

3 - 15:15 – Plano Agrícola - consolidação de pleitos das entidades e apreciação do relatório confeccionado pelo Coordenador do GT 01, Célio Porto; - (20 min)

4 - 15:35 – Planejamento do próximo Workshop de Inovações Financeiras; (20min)

5 - 15:55 – Ingresso de novos participantes e atualização de membros; (15 min)

6 - 16:10 - Assuntos Gerais; (20 min)

7 - 16:30 - Encerramento.

ASSUNTOS ABORDADOS

- **Abertura da Presidência** - Acordou-se em discutir questões transversais e não as de pedidos de orçamento. A ideia é ajudar a Secretaria de Política Agrícola entender as alterações qualitativas dentro do Plano Safra que trarão benefícios ao público-alvo. O enfoque é nas mudanças estruturais. As propostas que requerem interlocução com outros órgãos serão tratadas em reuniões específicas, não farão parte do documento final da Modercred destinado à SPA.
- **Avisos da Secretaria:** A secretária e o supervisor poderão entrar em contato com alguns membros e pedir o reenvio do ofício de solicitação de participação na Modercred, com intuito de atualizar o sistema cadastral. Anunciou a presença do Diretor do DEFIN/SPA o qual fez as considerações iniciais.

- Célio destacou dois pontos: volume de crédito e taxa de juros. Deu enfoque à proposta de taxa de juros. Usou a seguinte lógica: por volta do anúncio do Plano Safra em vigor (junho) a taxa Selic era 13,75%, hoje está em 10,75%. Houve queda de 3 pontos percentuais. O Boletim Focus aponta uma expectativa de mercado de 9%, ao final deste ano. Portanto, caberia ao grupo defender a queda das taxas do próximo Plano. O mínimo seria 3 pontos percentuais. Os juros do crédito rural deveriam seguir a queda da Selic.
- Quanto ao volume de recursos, Célio entende ser necessário, no mínimo, propor a manutenção do valor. O plantio da próxima safra deverá ter custo menor, devido à redução dos custos dos insumos. Nesse caso, será possível financiar uma área maior em comparação com a safra em curso.
- Thiago afirmou, o produtor pede volume de recursos subvencionado, isto é, com taxas equalizadas. Hoje publica-se o geral. Neste Plano o global foi alto, mas o equalizado não foi tão significativo. Para adentrar nessa discussão, é preciso obter mais informação.
- Sobre fontes de recursos, existem as equalizáveis e as controladas. A exigibilidade dos depósitos à vista está em 30%, para ser aplicado na agricultura a juros controlados, sem subvenção. Propõe-se ampliação para 34%. Contudo, a Resolução CMN Nº 5.087, de 29/06/2023, a qual aumentou 30%, prevê redução para 25% a partir de julho de 2024. Apresentou-se outra forma de aumentar a disponibilidade de recursos:
 - revogar a isenção de aplicação de recursos para agentes financeiros cuja exigibilidade seja igual ou inferior à R\$10 bilhões, assim a exigibilidade de 30% sobre os depósitos à vista alcançará essas instituições;
 - reduzir de R\$500 para R\$200 milhões a dedutibilidade da média aritmética do valor sujeito ao recolhimento compulsório, sobre a qual é calculada a exigibilidade do crédito rural.
 - manter em 65% o percentual de direcionamento dos recursos captados da Poupança Rural.
 - elevar a exigibilidade de direcionamento dos recursos captados por meio da LCA, para financiamentos de crédito rural, de 50% para 60%, mantendo-se a isenção tributária. Diminuir a franquia, para estimular o investimento em crédito rural.
- Sugestões referentes a volume de recursos e a taxas de juros, os membros da Câmara se debruçarão e estudarão melhor. Marcarão reuniões com os órgãos responsáveis pelo tema, antes de apoiarem uma proposta definitiva. Farão uma agenda só para tratar orçamento de taxa de juros. Precisam saber o histórico do volume de recursos e o volume de recursos com subvenção para complementar o material. Thiago informou ter no IPA um profissional especialista. Seria ideal fazer uma reunião com ele, a fim de discutir a proposta de volume de recursos e taxa de juros.
- Sobre os limites de financiamentos individuais ou coletivos e renda bruta anual, conforme a categoria do produtor, aguardarão informações da SPA, para proporem a elevação ou manutenção em cada linha. Célio diz ser preciso fazer um levantamento do histórico de distribuição de recursos equalizados entre a agricultura familiar e os demais produtores.
- Houve dúvidas sobre custos de observância no crédito rural. Necessita mais transparência quanto às operações de crédito investimento em esteira. Rodrigo esclareceu ser pública a informação. No SICOR encontra-se crédito liberado e crédito contratado, porém, para este último, há dificuldade na extração e apresentação dos dados de forma apropriada para consumo. Existe a possibilidade de construir o indicador da situação de cada linha. Essa informação também é uma demanda da SPA, pois é o BCB quem gerencia o SICOR. Na matriz de dados, o que está de fácil acesso são os dados do crédito liberado. O contratado está público, mas não está acessível. Precisa de sistema para acessar e consumir os dados. Assim como informação de dívidas. O Mapa tem tentado desenvolver um sistema, mas há um gasto para desenvolver, além da necessidade de pessoal para alimentar o banco de dados. Adriana perguntou se é possível algum membro da Câmara, por exemplo o Pensar Agro, fazer um Termo de Cooperação Técnica, a fim de desenvolver o sistema para os técnicos do Mapa alimentarem o banco de dados e disponibilizar a informação na própria página do

Ministério. Célio diz ser preciso ver se tem aderência de algum membro da Câmara de realizar o TCT com o Mapa.

- Sobre o Programa para a Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), o Grupo achou apropriado fazer a alocação dos recursos de acordo com o déficit de armazenagem de cada uma das macrorregiões do Brasil. Harmonizar os trabalhos entre o Plano Safra e os fundos constitucionais, com intuito de o desembolso de projetos de até 15 milhões, por tomador, sejam realizados em parcela única.
- No que concerne a critérios ambientais no crédito rural, acordou-se redução de juros em 0,5 ponto percentual aos pequenos e médios produtores participantes de programas certificados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou sejam reconhecidos, formalmente, pelo MAPA como promotores de práticas sustentáveis, conforme a Portaria MAPA nº 337, de 8 de novembro de 2021. Hoje há muito ruído em relação à Resolução CMN nº 5.081 de 29/6/2023, de forma similar ao Decreto 11.688/2023. Os agricultores não conseguem tomar crédito devido a ter parcela ínfima da sua propriedade em conflito com áreas a serem protegidas.
- Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) - Deixar na proposta da Modercred a mitigação de risco ao produtor rural e tratar Seguro Rural como espécie de garantia bancária. Esse assunto é pauta prioritária e deve ser abordado em reuniões futuras, como uma proposta de produto a ser entregue pela Câmara. O seguro rural deve servir como garantia capaz de assegurar o cumprimento da obrigação principal, sob a ótica das regras bancárias, de forma a reduzir a necessidade de garantias adicionais e os juros das operações. Quem tem seguro rural deveria ter algum benefício, seja na redução de garantias, seja na redução de taxas de juros, mas o BCB justifica não ser possível, por não ter respaldo no Acordo de Basileia. Para este Plano, a inovação seria: análise do risco por região e por produto. Estabelecer padrões por região, de acordo com o risco de cada um, com intuito de o PSR conseguir cobrir. Não faz sentido contratar, em Rondônia, um seguro contra geada, pois terá desembolso do Tesouro. É preciso ter um desenho, sobre o qual o Estado se propõe a subvencionar, de acordo com riscos expostos por região. Hoje existe a apólice risco nomeado e a multirrisco. A Modercred vislumbra algo intermediário, consoante a características regionais. Por exemplo, adotar o seguro paramétrico (aquele baseado em índices, por exemplo de pluviometria, de umidade. Isso diminui a necessidade de verificação em loco, de cada agricultor e facilita, principalmente, para as grandes propriedades). Nesse caso, a área de seguro deveria tomar a frente da pauta. Outra proposta é introduzir a possibilidade de contratação de seguro para a receita esperada. Além de transferir o PSR para as operações oficiais de crédito.
- Os membros sugeriram repassar a subvenção econômica diretamente para o agricultor, ou segurado, que contrata o seguro rural, e não para os bancos ou seguradoras. Raimundo avisou sobre a existência de um Acórdão do TCU que apoia essa sugestão.
- Zoneamento Agrícola do Risco Climático (ZARC) - Compatibilizar os calendários de plantio do ZARC e de vazio sanitário, de forma a evitar a existência de 2 calendários diferentes, do mesmo Ministério.

- Planejamento do próximo Workshop de Inovações Financeiras – A nova lei sobre patrimônio rural de afetação já está em vigor, mas os envolvidos não conseguiram operar. Há um desconhecimento em relação à matéria, por isso justifica-se o Workshop.
- Foi aprovada a participação da Associação Brasileira dos Birôs de Crédito (ANBC). Esta fez uma breve apresentação de sua atuação. O enfoque da associação é a discussão em torno do cadastro positivo, a fim de facilitar o acesso a crédito. Publicam o Boletim Agro, trimestralmente, sobre a inadimplência na cadeia do agro. Pires comentou ser oportuno o ingresso, pois pode oferecer estatísticas de forma a nortear a política pública.
- Propostas específicas serão tratadas com os órgãos competentes. (ModerCred e Coalizão com Bacen) e (Aprosoja MT e ATER MG com MDA)

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
Criar um Grupo de Trabalho a fim de estudar o orçamento e as necessidades do próximo Plano Safra	ModerCred IPA	Marcar reunião com profissional do IPA	Thiago Célio	10 dias
SPA enviará à Câmara o histórico das atualizações de limite de crédito por tomador (individual e coletivo)	SPA/MAPA	Confeccionar planilha	Adriana Rodrigo	7 dias
Promover reunião com os órgãos gestores de fundos constitucionais	ModerCred	Marcar reunião	Thiago	30 dias
Workshop de Inovações Financeira	ModerCred	Definir data por meio de Whatsapp	Thiago	30 dias
Compartilhar material informativo	ANBC	Enviar à ModerCred	Marcelo	7 dias
Formatação do seguro como garantia bancária e análise regional de risco	Modercred BCB	Marcar reunião com o Ferrari, BCB. Incluir a área prudencial.	Thiago	Abordar em reuniões futuras
Enviar aos membros o material compilado, para poderem se manifestar	ModerCred	Atualizar o material	Célio	7 dias

OBSERVAÇÕES: As gravações dos áudios das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras ou da sociedade civil.

APROVAM E ASSINAM ESTA MEMÓRIA

Nome	Assinatura
Presidente: Thiago Bras Rocha	
Secretária: Adriana Novoa Brambila Bressan	
Supervisor: Guilherme Werneck	